



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8636 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

**O TERCEIRO SETOR ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PRIVATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÓS-REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO**

Antonio Sousa Alves - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

O TERCEIRO SETOR ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÓS-REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Introdução

A partir da década de 1990 com a redefinição do papel do Estado ocorre uma nova reconfiguração na relação entre o público e o privado, o que se reflete sobre as políticas educacionais. No cenário brasileiro, os ideais oriundos desse Projeto de Reforma, pautado em princípios neoliberais, aponta a crise estrutural e financeira do Estado (PERONI, 2007).

A Reforma do aparelho estatal se materializou por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE) implementado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), dando origem a um novo paradigma de gestão pública com desdobramentos na área educacional, que passou a ter como referência princípios de gestão eficiente, representada pela otimização de resultados e racionalização de recursos.

No entender de Peroni (2007) mais do que uma crise fiscal, a década de 1990 apontava uma expressiva crise da estrutura do capital, na forma de crise fiscal, representando uma estratégia utilizada pelo governo para legitimar a Reforma do Estado.

Assim, seguindo a lógica do ideário neoliberal o PDRAE trouxe um receituário de superação da crise do Estado, por meio de algumas estratégias: a privatização que consiste na transferência para o setor privado das atividades lucrativas; a publicização voltada para a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta; e a terceirização como processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio (BRESSER PEREIRA, 1997).

Compreendemos que o viés pós-reforma do Estado brasileiro favoreceu a

intensificação de sujeitos ditos sem interesses lucrativos como o chamado “Terceiro Setor” que passaram a atuar junto ao Estado na gestão de políticas educacionais, compreendendo a formulação, implantação e avaliação das iniciativas voltadas para a educação básica, na forma, inclusive de materialização do currículo e a organização das escolas (VALE, 2017).

Para a compreensão mais ampla desse fenômeno, Morales (1998, p. 16) aponta três vias de “organizar a provisão de serviços e atividades que envolvem externalidades positivas importantes e asseguram direitos sociais”, sendo divididas em: Primeiro Setor que seria o Estado (público); Segundo setor que seria o Mercado (privado) e; Terceiro que não seria nem Estado nem Mercado e, em tese, não estaria corrompido por interesses privados e poderia servir como ponte de diálogo entre Estado e Mercado.

A partir dos aspectos relacionados à reforma do Estado com suas repercussões na educação básica pública, considerando, como questão de investigação: Como o chamado Terceiro Setor adentra as políticas educacionais pós-reforma do Estado brasileiro?

Tendo em vista a necessidade de refletir sobre essa questão, buscamos estabelecer interlocuções como Peroni (2007), Vale (2017), Montaña (2005) e Mészáros (2009) acerca da conjuntura de reforma do Estado brasileiro e a presença de entes privados na condução das políticas educativas. Para tanto, examinaremos o PDRAE, que sustenta a participação do Terceiro Setor na gestão das políticas educacionais implementadas pelo Estado.

Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado: atuação de novos sujeitos no setor público

No Brasil, a Reforma do Estado formulada por Bresser Pereira teve como escopo a definição de metas em resposta às exigências apresentadas pelos organismos internacionais, compreendendo: liberação comercial; programa de privatizações e a estabilização do Plano Real, convertidas no PDRAE.

Os objetivos da Reforma de Estado, segundo Bresser Pereira (1997, p. 18-19) consistiam:

- (i) Na delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal os serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (ii) Na redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado [...]; (iii) No aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo [...]; (iv) No aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses [...].

A Reforma do Estado brasileiro do governo de FHC atendeu às diretrizes neoliberais, dentre as quais o controle do Estado em seus gastos com pessoal, com receitas e despesas em todos os setores, havendo, assim, a focalização das políticas públicas.

É nesse contexto que a relação entre o público/privado sofre mudanças com a ampliação do setor privado, estimulada pelo Estado que passou a assumir como discurso oficial: sem a participação da iniciativa privada seria impossível avanços na área social, incluindo a educação. Portanto, a crise produzida pelo capital, que implicou a redefinição do papel do Estado, suscitou novas estratégias de superação, a saber: explosão da globalização de

mercado, a definição do neoliberalismo como estratégia política e econômica, a reestruturação produtiva e o Terceiro Setor são alguns exemplos de alternativas à crise estrutural global do capital (PERONI, 2007).

Com essas formas de intervenção, o capital produz sua própria crise, exigindo a modificação da estrutura estatal, em vista da própria existência do capitalismo que encontra no neoliberalismo sua forma de resistência. Assim, compreendemos que ocorre um processo sócio metabólico do capital, que perpassa a organização e as relações de trabalho, de modo que a realidade social vai se redefinindo ou reconfigurando.

Mészáros (2009) argumenta que não se pode negar a profunda crise vivida pelo capital nestes tempos mais recentes e que algo de novo foi acrescentado à crise global estrutural do capital, na qual se observa um colapso das “válvulas de segurança” (dentre elas a nosso ver a proteção social) indispensável na permanência da “sociedade de mercado”.

Entretanto, Bresser Pereira (1997, p.12), sustenta que a origem da crise não está no capital, mas no Estado que entra em crise fiscal. Para a superação dessa crise supostamente fiscal, apresenta como uma das alternativas, o Terceiro Setor que subtrai da sociedade civil uma característica que a ela é inerente, a de espaço público historicamente consolidado pelas lutas sociais, passando a se configurar como instância que agrega organizações de atividades formais e informais, com ações voluntárias e individuais, formado por entidades que apresentam interesse político e econômico (MONTAÑO, 2005).

O Terceiro Setor como condutor das políticas educacionais

No contexto de reconfiguração e de Reforma do Estado, o Terceiro Setor é estimulado à participação na execução de políticas sociais passando a ser um agente de promoção e manutenção do bem-estar social que vem assumindo poder econômico/político e resumindo a ação do Estado diante das políticas públicas (PERONI, 2006).

O Terceiro Setor modifica a questão social quando repassa a responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, torna as políticas sociais focalizadas atendendo a grupos e ainda, promove uma descentralização administrativa que transfere competências sem os recursos necessários para sua execução (MONTAÑO, 2005).

Montaño (2014) destaca que o “Terceiro Setor” funcionaria como um “canto de sereia” que seduz os marinheiros de primeira viagem com seu belo canto de que estaria a serviço do público sem interesses privados mercantis e recebe recursos do Estado, por exemplo, por meio de parcerias na educação.

Consideramos, entretanto, o mencionado setor possui interesses privados, porque defende ideologias de pequenos grupos que são materializadas em políticas públicas.

O uso do termo “terceiro setor” desloca, assim, a atenção dos desavisados para pensar nas ações sociais solidárias, desenvolvidas voluntariamente, no âmbito da sociedade civil... um verdadeiro “canto de Sereia”, inclusive aos ouvidos daqueles que honestamente almejam a igualdade e justiça social” (MONTAÑO, 2014, p.34).

Nesse sentido, essa terceira via estabelece significativas mudanças nas políticas sociais ao transferir a responsabilidade das questões sociais que, em essência são originárias do Estado, para a sociedade civil. Esse processo resulta na diminuição da responsabilidade do Estado na oferta de políticas sociais universais, primando por sua focalização a pequenos grupos. Soma-se a essas questões o princípio da descentralização administrativa que precariza

as políticas, uma vez que transfere as responsabilidades e competências sem os recursos necessários para execução (MONTAÑO, 2005).

O Terceiro Setor materializa a relação entre público/privado por ser uma estratégia de afirmação de reconfiguração do estado capitalista. Para Peroni (2007, p. 12): “com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado”. As políticas sociais passam a ser executadas pelo público não-estatal por meio de duas concepções: do público que passa a ser de direito privado ou quando o Estado estabelece parcerias com instituições do Terceiro Setor.

Considerações

As muitas configurações assumidas pelo Estado para manter e proteger os interesses do capital se sobrepõe aos interesses sociais, com repercussões nefastas sobre as políticas educacionais. Por isso, consideramos a necessidade de se estabelecer a críticas sistemáticas a essas estratégias, representadas, por exemplo, pelos interesses ideológicos do Terceiro Setor que vem ditando os rumos da gestão da escola básica, sem o compromisso de resolver os problemas estruturais da escola pública brasileira.

As análises empreendidas neste trabalho nos revelam alguns indicadores que demonstram a política estabelecida para a educação, especialmente a partir da década de 1990 com a Reforma do Aparelho do Estado e a institucionalização das parcerias público-privadas representadas pelo Terceiro Setor. Podemos identificar, assim, o surgimento de um novo sujeito sem interesses mercantis aparentes na condução das políticas educacionais junto ao Estado, mas que mascara defesas da lógica neoliberal, por meio da responsabilização dos sujeitos pelos resultados, minimização do papel do Estado e captação de recursos públicos com gestão de grupos privados, diretamente vinculado aos interesse do mercado (Segundo Setor).

Palavras-chave: Reforma do Estado; Políticas Educacionais; Terceiro Setor.

Referências

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro**. Brasília, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. Boitempo, São Paulo: 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **O canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MORALES, Carlos Antonio. **Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos**. Revista do Serviço Público. Ed. ENAP:

PERONI, Vera Maria Vidal. [Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado](#). In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. Dissertação de

Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalho_popup=true&id_trabalho=5426999. Acesso em 14 out. 2020.